



GABINETE DO PREFEITO

Ofício nº 0065-19

Itaqui(RS), 11 de março de 2019.

Exmo. Senhor Vereador  
**CLOVIS ANTÔNIO RAVAROTTO CORREA**  
Presidente da Câmara de Vereadores  
Palácio Rincão da Cruz  
Rua Dr. João Sisnando Dubal Goulart, nº 942  
Bairro: Centro  
CEP: 97650-000  
Itaqui-RS

**Assunto:** Encaminhamento de Projeto de Lei.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Ao cumprimentar Vossa Excelência, vimos encaminhar, para apreciação e decisão por parte dessa Casa Legislativa, o anexo **Projeto de Lei nº 012-19**, de 11-03-2019, que busca autorização para “*alterar as Leis Municipais n.º 1.751/90, n.º 1.740/90, n.º 3.930/2013, n.º 2.073/94, n.º 3.691/2010, n.º 3.726/2011 e dá outras providências*”.

Colocamo-nos a disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

  
**Jarbas da Silva Martini**  
Prefeito

Câmara de Vereadores de Itaqui  
Secretaria



Recebi em: 14 03/ 19

Horário: 12:12

Ass: 

EVC-RKM



## GABINETE DO PREFEITO

**PROJETO DE LEI Nº 012-19, DE 11 DE MARÇO DE 2019**

Altera as Leis Municipais n.º 1.751/90, n.º 1.740/90, n.º 3.930/2013, n.º 2.073/94, n.º 3.691/2010, n.º 3.726/2011 e dá outras providências.

**Art. 1º.** A Lei Municipal n.º 1.751/90, passa a ter a seguinte redação:

*“Art. 47 - O valor da função gratificada – FG, sobre o qual incidirá contribuição previdenciária ao FAPS, será recebido cumulativamente com a remuneração do cargo de provimento efetivo.*

*§1º Na atividade, o servidor que exercer uma Função Gratificada – FG, com a respectiva contribuição previdenciária sobre a mesma, ao perdê-la, permanecerá recebendo, a título de incorporação, acrescido à remuneração de seu cargo efetivo, o valor equivalente a 5% do valor da FG por ano completo de exercício ou o equivalente a proporção de 1/12 a cada mês de exercício completo, enquanto não for convocado para nova Função Gratificada.*

*§2º A concessão de uma nova FG, faz cessar a percepção da(s) incorporação(ões) decorrente(s) do exercício de FG anteriormente exercida e cujo exercício já cessou, incorporada na proporcionalidade estabelecida na forma do §1º deste artigo.*

*§3º Cada FG exercida dará direito à percepção da incorporação prevista e da mesma forma estabelecida no § 1º deste artigo e, uma vez cessado o exercício da FG, será esta somada ao valor já incorporado por ocasião do exercício de outra(s) FG(s), limitado o total das incorporações ao estabelecido no § 4º deste artigo.*

*§4º A(s) Função(ões) Gratificada(s) poderá(ão) ser incorporada(s) até o limite correspondente a 100% do maior valor de FG recebido pelo servidor na atividade, estabelecido pelo Poder ao qual está vinculado em decorrência de concurso público.”*

**“Art. 208 (...)**

*I – a proporcionalidade incorporada na atividade:*

*a) da Função Gratificada, prevista no Art. 47 desta Lei.*

*b) da gratificação por exercício em escola de difícil acesso, estabelecida na Lei Municipal n.º 1.740/90.*

*c) de toda gratificação de função instituída por Lei do Município a seus servidores, desde que tenha previsão de incorporação na atividade e sob a qual tenha contribuição previdenciária.*

*II – das promoções e adicionais por tempo de serviço adquiridos na atividade;*

**Parágrafo Único:** *A última remuneração de contribuição, destinada a estabelecer o limite dos proventos e pensões do FAPS, somente pode ser constituída pelo vencimento do cargo e pelas verbas permanentes, que são as verbas que foram incorporadas definitivamente aos vencimentos do servidor enquanto na atividade.”*



## GABINETE DO PREFEITO

**Art. 2º.** A Lei Municipal n.º 1.740/90, passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 28 (...)**

**(...)**

**§3º** Sobre o valor das gratificações instituídas por este artigo incidirá contribuição previdenciária ao Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores Municipais – FAPS, e, por consequência, será considerado quando a regra de aposentadoria tiver como base de cálculo do provento a média das contribuições.

**§4º** Será optativa a contribuição previdenciária sobre o valor das gratificações instituídas por este artigo aos servidores que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, e que poderão se aposentar por regra transitória de aposentadoria que garanta a paridade como forma de correção do provento.”

**“Art. 32** O membro do magistério lotado em escola municipal de difícil acesso perceberá como gratificação, respectivamente, 30% ou 60% sobre o vencimento da classe e nível a que pertencer conforme classificação da escola em quilometragem, conforme segue:

**I** até 50 Km do perímetro urbano.....30%

**II** mais de 50 Km do perímetro urbano.....60%

**§ 1º** A Gratificação por Exercício em Escola Municipal de Dificil Acesso, prevista neste artigo, será incorporada à remuneração dos seus exercentes, na exata forma estabelecida no art. 47 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 1.751/1990, respeitado o disposto no §2º deste artigo.

**§ 2º** A(s) gratificação(ões) de que trata este Art. poderá(ão) ser incorporada(s) até o limite correspondente a 100% do maior valor de gratificação de difícil acesso recebido na ativa, estabelecido pelo Poder Executivo aos membros do magistério.”

**Art. 3º.** O artigo 4º da Lei Municipal nº 2.073, de 22 de julho de 1994, passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 4º. (...)**

**§1º** A gratificação, prevista no caput deste artigo, com ou sem o acréscimo estipulado no caput do Art.4ºA desta Lei, será incorporada à remuneração dos seus exercentes, na exata forma estabelecida no art. 47 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 1.751/1990, limitado ao valor integral da gratificação instituída no caput deste artigo, com o acréscimo estipulado no caput do Art.4ºA desta Lei.

**§ 2º** Sobre o valor da gratificação instituída no caput deste artigo, e do acréscimo instituído no caput do Art.4ºA desta Lei, incidirá contribuição previdenciária para o Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores – FAPS, do Município de Itaqui.”

**Art. 4º.** O artigo 4º da Lei Municipal nº 3.691, de 29 de dezembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

*f*



GABINETE DO PREFEITO

**“Art. 4º (...)**

**Parágrafo único** - *A gratificação, prevista nesta Lei, será incorporada à remuneração dos seus exercentes, na exata forma estabelecida no art. 47 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 1.751/1990, limitado ao valor integral da gratificação instituída por esta Lei.”*

**Art. 5º .** O artigo 6º da Lei Municipal nº 3.726, de 16 de março de 2011, passa a ter a seguinte redação:

**“Art. 6º (...)**

**Parágrafo único** - *A gratificação por convocação de exercício em regime especial de dedicação exclusiva ou de tempo integral, previstas nesta Lei, será incorporada à remuneração dos seus exercentes, na exata forma estabelecida no art. 47 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 1.751/1990, limitada ao valor integral da gratificação exercida na ativa, por convocação em regime especial de dedicação exclusiva.”*

**Art. 6º.** Acrescenta parágrafos ao Art. 7º da Lei Municipal n.º 3.930, de 03 de abril de 2013, abaixo transcritos:

**“Art. 7º (...)**

**§ 1º** *A(s) Gratificação(ões) Especial(is) de Função(ões), previstas nesta Lei, será incorporada a remuneração dos seus exercentes, na exata forma estabelecida no art. 47 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 1.751/1990, respeitado o disposto no §2º deste artigo.*

**§ 2º** *A(s) Gratificação(ões) Especial(is) de Função(ões) poderá(ão) ser incorporada(s) até o limite correspondente a 100% do maior valor de GEF percebida na ativa pelo servidor.”*

**Art. 7º.** Os servidores municipais, que na data da vigência desta lei estiverem na atividade, poderão incorporar a proporcionalidade das funções gratificadas - FG tituladas e ainda não incorporadas, da gratificação por exercício em escola de difícil acesso e da gratificação especial de função, na forma estabelecida nesta Lei, mediante requerimento.

**§1º** Somente poderá ser realizada a incorporação tratada neste artigo, de período que houver comprovada contribuição previdenciária para o Fundo de Aposentadoria e Pensão – FAPS.

**§2º** Para a incorporação estabelecida neste artigo, computar-se-á o período de exercício com as gratificações anteriores a vigência desta Lei.

**Art. 8º** Revogam-se as disposições do § 2º, do art. 4º, da Lei Municipal nº 3.691/2010 e § 2º, do art. 6º, da Lei Municipal nº 3.726/2011.

**Art. 9º** Permanecem inalteradas as demais disposições vigentes das Leis Municipais nesta Lei alteradas.

*L*

**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

**Art. 10.** As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 11.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito, em 11 de março de 2019.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 012-19, DE 11 DE MARÇO DE 2019**

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando, para apreciação e decisão dessa Egrégia Câmara de Vereadores, o presente Projeto de Lei nº 012-19, de 11-03-2019, que busca a indispensável autorização legislativa, para alterar as Leis Municipais nº 1.751-90, nº 1.740-90, nº 3.930-13, 2.073-94, nº 3.691-10 e nº 3.726-11. Este Projeto de Lei vem em observância à Portaria nº 402/2008, que prevê o equilíbrio atuarial e financeiro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e que devem receber especial atenção.

Conforme Avaliação Atuarial do exercício de 2018, data base 31-12-2017, constatou-se que a contrapartida em termos de receitas de contribuições é insuficiente, fato este, que tem piorado ano a ano a situação financeira do Plano Financeiro do Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor – FAPS, em face as novas aposentadorias concedidas.

O apontamento realizado através do relatório de Auditoria Interna, exercício 2016, em anexo, nos itens:

*4.8: Para que as vantagens pecuniárias concedidas aos servidores possam integrar a remuneração do cargo efetivo, as mesmas deverão ter sido incorporadas na remuneração do servidor enquanto em atividade e não apenas ser incorporadas nas aposentadorias.*

*4.9. A respeito dessa matéria, o Ministério da Previdência Social, editou Nota nº 77/2014 CGNAL/DRPSP/SPPS/MPS, de 07 de outubro de 2014, traçando considerações sobre a inclusão de parcelas temporárias nos benefícios concedidos pelos RPPS, manifestando-se contrário à legalidade das mesmas, por ferirem o princípio expreso na Constituição Federal.*

Com esta nova proposição, os valores recebidos passarão a ser justos, pois há a previsão de incorporação proporcional e contribuição sobre estes valores, havendo o equilíbrio entre o tempo de contribuição e o valor incorporado no momento da concessão da aposentadoria. Tal fato, de acordo com a legislação vigente, não ocorre e contribui ainda mais para o desequilíbrio financeiro do Plano Financeiro do FAPS.

A correção da forma de incorporação dos valores previstos no presente Projeto, corrige erros que ferem inclusive a Constituição e apresentarão benefícios imediatos, diminuindo o valor do aporte sempre que houver uma nova aposentadoria.

Por fim, estas mudanças constituem o primeiro passo para outras que se fazem necessárias, iniciando assim a Reforma Administrativa tão necessária ao equilíbrio financeiro, que sabemos que não pode ser feita de uma única vez.

**PREFEITURA DE ITAQUI-RS**



**GABINETE DO PREFEITO**

Diante ao exposto, encaminhamos aos nobres Edis o presente projeto de lei, pugnando pela aprovação, após o devido debate e apreciação por esta Colenda Casa Legislativa.

**Gabinete do Prefeito, em 11 de março de 2019.**

  
**JARBAS DA SILVA MARTINI**  
Prefeito